

9m
13/8/96 A3
02

O déficit de energia e de informações

Washington Novaes *

Há duas semanas, neste mesmo espaço, foram levantadas algumas questões em relação a anunciados projetos prioritários na área federal, especialmente a implantação da segunda casa de máquinas da usina de Tucuruí e a transposição de águas do rio São Francisco para irrigar partes do Semi-Árido nordestino. No primeiro caso, as perguntas centrais referiam-se à existência ou não de demanda na região Norte para a energia a ser produzida, a disponibilidade ou não de água para essa nova etapa da usina e a viabilidade das demais obras necessárias para regularizar o fluxo do Tocantins e tornar disponível a água necessária. Lembrava-se ainda que o déficit de energia elétrica vem sendo anunciado no País há uns dez anos, sem que se concretize. Além do mais, estranhava-se que não se fale em programas para conservar energia, muito mais baratos que os de novas usinas.

No caso da transposição das águas, enfatizavam-se os prejuízos para a geração de energia elétrica a jusante (o que seria uma contradição, se há ameaça de déficit), a existência de áreas irrigáveis sem necessidade de transposição e problemas fundiários apontados em estudos do próprio governo.

De lá para cá, os jornais têm noticiado todos os dias que se agrava a ameaça de déficit de energia – a tal ponto que o ministro de Minas e Energia autorizou a Eletrobrás a licitar as obras da linha de transmissão Imperatriz/Serra da Mesa, para interligar o sistema Norte com o

Sul-Sudeste, onde haveria demanda (Gazeta Mercantil, 31/7/96).

É curioso, entretanto, que se continue sem dizer uma só palavra sobre programas de conservação de energia, mesmo diante de ameaça tão séria, que as usinas a serem construídas só afastariam daqui a alguns anos, quando prontas. Como é curioso que o próprio presidente da Eletrobrás diga (Agência Estado, 7/8/96) que não haverá racionamento este ano, mesmo com as usinas operando com 30% de sua capacidade. Segundo ele, “temos energia suficiente para garantir o abastecimento, mesmo que a previsão mais pessimista se confirme” (o Globo, 7/8/96). A tudo isso, é preciso acrescentar que a indústria anuncia o arrefecimento de sua atividade e não acredita que seja sustentável um aquecimento da demanda com base em afrouxamento do crédito.

Fica também outra pergunta: a Eletrobrás já fez o estudo de impacto ambiental da linha de transmissão Imperatriz/Serra da Mesa? Já fez a audiência pública para discuti-lo, como manda a legislação? A licitação só é possível depois do estudo.

Mais complicada ainda é a questão da transposição das águas do São Francisco, se se levar em conta o que está escrito numa publicação do Senado Federal (“Diversos nº 11, de 1996”), que transcreve uma decisão do Tribunal de Contas da União, ao examinar processo do extinto Ministério da Integração Regional, quando abriu concorrência para contratar o projeto básico de transposição. A

ata da reunião do TCU deixa estarecido qualquer cidadão, diante da fragilidade de um projeto de tal magnitude e de tantas consequências econômicas, sociais e ambientais.

O fato é que em 1994, diante de possíveis irregularidades no edital de concorrência, o TCU decidiu transformar o processo em diligência e pedir informações a vários órgãos e ministérios federais. E aí começaram as surpresas.

As verbas alocadas para o projeto em 1994 não eram adequadas, segundo a auditoria do TCU. Também não havia nenhuma previsão para elas no orçamento da União em 1995, muito menos no Plano Plurianual. E o próprio Ministério da Integração Regional “desconhecia quaisquer possíveis estudos relacionados ao aproveitamento agrícola do empreendimento, assim como suas implicações ambientais e as consequências dele decorrentes para a geração de energia elétrica na região”. Não sabia nada do que pretendia fazer, portanto.

A Secretaria de Planejamento (hoje Ministério) informava que o projeto consumiria, em três anos, US\$ 1,6 bilhão e que o investimento permitiria irrigar 116 mil hectares de terras em quatro estados nordestinos. Diante desse esclarecimento, comentavam os técnicos do TCU que “os estudos realizados pela Seplan não consideram, nos cálculos de viabilidade econômica do empreendimento, as estimativas da Codevasf, de que



140 mil hectares de terras do vale do rio São Francisco, a jusante da obra, deixariam de ser irrigáveis em decorrência do desvio” (note-se que esse número é superior aos 116 mil hectares irrigáveis com a transposição), “nem com a possível redução na capacidade de geração de energia informada pelo Ministério de Minas e Energia”. Ou seja, o projeto inviabilizava a irrigação em mais hectares do que pretendia irrigar e ainda prejudicava a geração de energia elétrica.

Na área do Ministério da Agricultura – que deveria ser o maior interessado em um projeto de irrigação –, a Secretaria de Política Agrícola, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, a Secretaria de Defesa Agropecuária, o Inkra e a Embrapa informavam que não tinham conhecimento do projeto que ia ser licitado. Já o Ministério do Meio Ambiente, embora não houvesse sido consultado sobre o mérito do projeto, fizera um termo de referência para o estudo de impacto ambiental (mesmo que no próprio termo de referência fosse possível ver que o projeto de transposição, que já estava sendo licitado, só poderia ser concluído depois das informações do estudo de impacto).

O Ministério de Minas e Energia, por sua vez, lembrava que há no Nordeste um potencial hídrico subaproveitado, inclusive nas áreas para onde se pretende transpor as águas do São Francisco. Além disso, preocupava-se com possíveis prejuízos para a

geração de energia, a pesca e a navegação, se todo o potencial do São Francisco fosse aproveitado para a irrigação. As perdas do sistema de geração de energia seriam ainda mais graves se se considerasse que com novos projetos de irrigação aumentaria a demanda, já agravada pelo próprio consumo das bombas elétricas utilizadas na transposição. Entendia também que a geração de empregos e a população beneficiada pela transposição “parecem estar superestimadas”.

Também a Codevasf preocupava-se: se transpostos 70 metros cúbicos por segundo, ficaria prejudicada a irrigação em 140 mil hectares a jusante, nos quais essa irrigação podia ser feita sem prejuízo para a geração de energia (e vale a pena lembrar que a transposição de 70 metros cúbicos é a que parece continuar sendo planejada hoje).

A Sudene de nada sabia. O Banco do Nordeste, chamado a identificar fontes externas de financiamento, limitava-se a dizer que bancos europeus manifestaram interesse, mas queriam conhecer antes os estudos de impacto ambiental e viabilidade econômica e técnica (que não existiam).

O DNOCS entendia que faltavam estudos preliminares para definir o volume de água a ser desviado, os critérios de rateio entre os beneficiados, os custos de operação e manutenção do sistema e os critérios de administração das águas a serem transpostas. Em suma, faltava tudo.

Um convênio com a Escola Superior de Agricultura de Mossoró (RN),

para estudos de viabilidade técnica, planos hídricos e elaboração do relatório de impacto ambiental, só foi assinado depois do pedido de informações do TCU – o que demonstrou sua inexistência na data em que foi aberta a concorrência.

Por fim, o Ministério do Meio Ambiente informava que instituíra uma comissão para reexaminar o projeto básico do empreendimento, diante das “falhas e omissões” tais como ausência de quantificação de custos, opção por alternativas antieconômicas, não-consideração de perdas de água decorrentes da irrigação e erros na consolidação de dados, entre outras. Ainda assim, foram propostos para o Plano Plurianual recursos no valor de R\$ 20 milhões, a fim de dar continuidade ao projeto, que o Ministério considerava “de suma importância para atender às demandas das regiões abrangidas”.

O Ministério de Minas e Energia garante que há no Nordeste um potencial hídrico subaproveitado

Como o edital de concorrência foi revogado ainda no governo anterior, no início de 1996, o TCU decidiu arquivar o processo. E mandou cópias dele, com todas essas informações, ao Senado Federal.

É um triste retrato de como podem ser tratadas no mais alto nível da administração pública questões dessa envergadura. É um alerta: praticamente nenhuma das questões levantadas nas respostas dos diversos órgãos ao TCU foi esclarecida até agora para a sociedade. Como entender, então, que tal projeto possa ser considerado prioritário? ■